

MÉDICO – REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA

1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, compete ao Sistema Único de Saúde, exceto:
 - a) Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
 - b) Participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
 - c) Colaborar na proteção do meio ambiente, exceto o do trabalho.
 - d) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
2. O artigo 7º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe que o SUS "seguirá" as diretrizes tratadas no artigo 198 da Constituição Federal, obedecendo também aos seguintes princípios, exceto:
 - a) Direito à informação, às pessoas assistidas, sobre sua saúde, exceto nos casos de tumores malignos a pessoas maiores de 60 (sessenta) anos.
 - b) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.
 - c) Integração, em nível executivo, das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico.
 - d) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.
3. Assinale a alternativa incorreta sobre as Comissões dispostas na Lei nº 8.080, de 1990:
 - a) Serão criadas Comissões Intersetoriais de âmbito nacional, subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, integradas pelos ministérios e órgãos competentes e por entidades representativas da sociedade civil.
 - b) Dentre as atividades articuladas através de políticas e programas pelas Comissões Intersetoriais têm-se a vigilância sanitária e farmacoepidemiologia.
 - c) Deverão ser criadas Comissões Permanentes de integração entre os serviços de saúde e as instituições de ensino profissional e superior.
 - d) A articulação das políticas e programas, a cargo das Comissões Intersetoriais, não abrangerá, em especial, a atividade de recursos humanos.
4. Sobre a Conferência de Saúde, consagrada na Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, assinale a alternativa correta:
 - a) A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 4 (quatro) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Conselho de Saúde.
 - b) A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 2 (dois) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Legislativo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Ministério da Saúde.
 - c) A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 2 (dois) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por este ou pelo Ministério de Saúde.
 - d) A Conferência de Saúde reunir-se-á cada 4 (quatro) anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Legislativo ou, extraordinariamente, por este ou pela Secretaria da Saúde.
5. A Portaria nº 399, de 2006 dispõe que dentre as prioridades do Pacto de Gestão têm-se o estabelecimento de diretrizes para a gestão do SUS, com ênfase em, exceto:
 - a) Gestão do Trabalho e Educação na Saúde.
 - b) Pleno Exercício dos Direitos Culturais.
 - c) Participação e Controle Social.
 - d) Financiamento.
6. Assinale a alternativa que possui uma meta para a redução da mortalidade materna, de acordo com a Portaria nº 399, de 2006:
 - a) Dobrar o número de exames neonatais à gestantes, de 4 (quatro) para 8 (oito).
 - b) Garantir insumos e medicamentos para tratamento das síndromes hipertensivas no parto.
 - c) Garantir o acesso a maternidades da rede privada de saúde.
 - d) N.D.A.
7. Segundo a Portaria nº 399, de 2006, o financiamento para o custeio da Atenção Básica é responsabilidade das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo que os recursos federais comporão o Bloco Financeiro da Atenção Básica dividido em dois componentes: Piso da Atenção Básica (PAB) e Piso da Atenção Básica Variável (PAB Variável). Analise as assertivas abaixo, indicando qual dos componentes completa, correta e respectivamente, cada uma das lacunas.
 - I. O _____ consiste em um montante de recursos financeiros, que agregam estratégias destinadas ao custeio de ações de Atenção Básica à Saúde.
 - II. O _____ consiste em um montante financeiro destinado ao custeio de estratégias específicas desenvolvidas no âmbito da Atenção Básica em Saúde.
 - III. Os recursos financeiros do _____ são transferidos mensalmente, de forma regular e automática, do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Municípios e Distrito Federal.
 - IV. O _____ passa a ser composto pelo financiamento de algumas estratégias específicas, entre elas a Saúde da Família.
 - a) I – PAB Variável; II – PAB; III – PAB; IV – PAB Variável.
 - b) I – PAB Variável; II – PAB; III – PAB; IV – PAB.
 - c) I – PAB; II – PAB Variável; III – PAB; IV – PAB Variável.
 - d) I – PAB; II – PAB Variável; III – PAB Variável; IV – PAB.
8. A Portaria nº 399, de 2006, consagra em seu texto o Pacto pela Vida, o qual dispõe algumas prioridades. Não está entre elas:
 - a) Saúde do idoso.
 - b) Controle do câncer de colo de útero e de mama.
 - c) Fortalecimento da capacidade de respostas às doenças emergentes e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.
 - d) Controle de doenças renais e reestruturação de postos de hemodiálise.

9. De acordo com o artigo 2º da Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como, exceto:
- Despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta.
 - Investimentos previstos em Lei orçamentária, de iniciativa do Poder Executivo e aprovados pelo Senado Federal.
 - Investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde.
 - Cobertura de ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
10. Sobre os serviços privados de assistência à saúde, analise as assertivas abaixo:
- Na prestação de serviços privados de assistência à saúde, serão observados os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do Sistema Único de Saúde - SUS quanto às condições para o seu funcionamento.
 - É vedada, em qualquer circunstância, a participação de empresas ou de capitais estrangeiros na assistência à saúde.
- Ambas estão incorretas.
 - Ambas estão corretas.
 - Somente I está correta.
 - Somente II está correta.
11. Acerca das Responsabilidades Gerais dos Municípios da Gestão do SUS, dispostas na Portaria nº 399 de 2006, assinale a alternativa incorreta:
- Todo Município é responsável pela integralidade da atenção à saúde da sua população, exercendo essa responsabilidade de forma exclusiva.
 - Todo Município deve participar do financiamento tripartite do Sistema Único de Saúde - SUS.
 - Todo Município deve promover a estruturação da assistência farmacêutica e garantir, em conjunto com as demais esferas de governo, o acesso da população aos medicamentos cuja dispensação esteja sob sua responsabilidade, promovendo seu uso racional, observadas as normas vigentes e pactuações estabelecidas.
 - Todo Município deve assumir a gestão e execução das ações de vigilância em saúde realizadas no âmbito local, compreendendo as ações de vigilância epidemiológica.
12. Não faz parte das disposições da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990:
- O Estado deverá prover as condições indispensáveis para o pleno exercício da saúde, a qual é um direito fundamental do ser humano.
 - As pessoas, a família, as empresas e a sociedade também possuem, solidariamente, o dever de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde.
 - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
 - O Estado deverá garantir o direito à saúde de todo cidadão estrangeiro ingresso no país, exceto nos casos de invasão de fronteiras, calamidade pública, estado de sítio e de defesa.
13. Diante a insuficiência para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde - SUS poderá recorrer aos serviços de iniciativa privada. Logo, de acordo com a Lei 8.080, de 1990, assinale a alternativa incorreta sobre essa prestação de serviço:
- A participação dos serviços privados será complementar, formalizado mediante contrato ou convênio, observadas as normas de direito público.
 - As entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde - SUS.
 - Os critérios e valores para a remuneração de serviços e os parâmetros de cobertura assistencial serão estabelecidos pela própria entidade privada, aprovados no Ministério da Saúde.
 - Aos proprietários, administradores e dirigentes de entidades ou serviços contratados é vedado exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.
14. Analise as assertivas abaixo, de acordo com a Lei 8.142, de 1990, e assinale a alternativa correta:
- O Sistema Único de Saúde - SUS contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo com as instâncias colegiadas: a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.
 - O Conselho de Saúde, em caráter provisório e deliberativo, é um órgão colegiado composto exclusivamente por representantes do governo, e atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.
- I e II estão corretos.
 - I e II estão incorretos.
 - Somente I está correto.
 - Somente II está correto.
15. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a Lei 8.080, de 1990:
- A política de recursos humanos na área de saúde será formalizada e executada, articuladamente, pelas diferentes esferas de governo e possui como objetivo, dentre outros, a organização de um sistema de formação de recursos humanos em todos os níveis de ensino, inclusive de pós-graduação, além da elaboração de programas de permanente aperfeiçoamento pessoal.
 - Os cargos e funções de chefia, direção e assessoramento, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) serão exclusivamente exercidos em regime de tempo parcial.
 - Os servidores que legalmente acumulam dois cargos ou empregos poderão exercer suas atividades em mais de um estabelecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).
 - As especializações na forma de treinamento em serviço sob supervisão serão regulamentadas por comissão nacional, instituída nesta própria Lei, garantida a participação de entidades profissionais correspondentes.

16. Complete as lacunas abaixo sobre a gestão dos recursos financeiros do SUS (Lei 8.080, de 1990):
Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde - SUS serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos _____.
Na esfera federal, os recursos financeiros, originários do orçamento da Seguridade Social, de outros orçamentos da União, além de outras fontes, serão administrados pelo _____, através do Fundo Nacional de Saúde.
- Conselhos de Saúde – Ministério da Saúde.
 - Comitês de Saúde – Secretaria Nacional de Saúde.
 - Tribunal Nacional de Saúde – Secretaria Nacional de Saúde.
 - Tribunal Nacional de Saúde – Ministério da Saúde.
17. Sobre o planejamento e orçamento do Sistema Único de Saúde – SUS, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 8.080, de 1990:
- O Conselho Nacional de Saúde estabelecerá as diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos de saúde, em função das características epidemiológicas e da organização dos serviços em cada jurisdição administrativa.
 - Não será permitida a destinação de subvenções e auxílios a instituições prestadoras de serviços de saúde com finalidade lucrativa, salvo à clínicas particulares de recuperação para dependentes químicos e alcoolistas .
- Somente I está correto.
 - Somente II está correto.
 - I e II estão corretos.
 - I e II estão incorretos.
18. Assinale a alternativa incorreta. A Lei 8.080, de 1990, nas disposições finais e transitórias dispõe:
- As ações desenvolvidas pela Fundação das Pioneiras Sociais e pelo Instituto Nacional do Câncer, supervisionadas pela direção do Sistema Único de Saúde – SUS, permanecerão como referencial de prestação de serviços, formação de recursos humanos e para transferência de tecnologia.
 - Os serviços de saúde dos hospitais universitários e de ensino integram-se ao Sistema Único de Saúde – SUS, mediante convênio, preservada a sua autonomia administrativa, em relação ao patrimônio, aos recursos humanos e financeiros, ensino, pesquisa e extensão, dos limites conferidos pelas instituições a que estejam vinculados.
 - Os serviços de saúde de sistemas estaduais e municipais de previdência social deverão integrar-se à direção correspondente do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme seu âmbito de atuação, bem como quaisquer outros órgãos e serviços de saúde.
 - Os serviços de saúde das Forças Armadas em hipótese alguma poderão integrar-se ao Sistema Único de Saúde – SUS.
19. Sobre a vigilância sanitária, assinale a alternativa correta (Lei 8.080/1990):
- Trata-se de um conjunto de ações com intuito exclusivamente preventivo de riscos à saúde da população.
 - Dentre as ações da vigilância sanitária, abrange-se o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo.
 - Caracteriza-se pela fiscalização da prestação de serviços de interesse da saúde, exclusivamente.
 - Trata-se de um conjunto de ações com intuito exclusivamente do controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.
20. De acordo com a gestão financeira do Sistema Único de Saúde - SUS (Lei 8.080, de 1990), a combinação de critérios será utilizada para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios. Quais dos critérios abaixo serão utilizados?
- Perfil demográfico da região.
 - Características quantitativas e qualitativas da rede de saúde na área.
 - Desempenho técnico, econômico e financeiro no período anterior.
 - Ressarcimento do atendimento a serviços prestados para outras esferas de governo.
- I, II, III e IV.
 - I, II e IV somente.
 - II, III e IV somente.
 - I e III somente.
21. A Regulação da Atenção à Saúde efetivada pela contratação de serviços de saúde, controle e avaliação de serviços e da produção assistencial, regulação do acesso à assistência e auditoria assistencial, contempla as seguintes ações, exceto:
- Cadastramento de estabelecimentos e profissionais de saúde no Sistema de Cadastro Internacional de Estabelecimentos de Saúde – SCIES.
 - Credenciamento/habilitação para a prestação de serviços de saúde.
 - Avaliação das condições sanitárias dos estabelecimentos de saúde.
 - Utilização de sistemas de informação que subsidiem os cadastros, a produção e a regulação do acesso.
22. A CNRAC - Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade e as CERAC - Centrais Estaduais de Regulação da Alta Complexidade são regidas, exceto:
- Pela Portaria/GM nº 2309, de 19 de dezembro de 2001.
 - Pela Portaria/SAS nº 494, de 30 de junho de 2006.
 - Pela Portaria/SAS nº 589, de 27 de dezembro de 2000.
 - Pela Portaria SAS/MS nº 39 de 06 de fevereiro de 2006.

23. Artigo 5º da Portaria nº 1.559 de 1º de agosto de 2008. A Regulação do Acesso à Assistência efetivada pela disponibilização da alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão por meio de atendimentos às urgências, consultas, leitos e outros que se fizerem necessários contempla as seguintes ações, exceto:
- Regulação médica da atenção pré-hospitalar e hospitalar às urgências.
 - Controle dos leitos disponíveis e das agendas de consultas e procedimentos especializados.
 - Padronização das solicitações de procedimentos por meio dos protocolos assistenciais.
 - O estabelecimento de referências entre unidades de diferentes níveis de complexidade, de abrangência local, intermunicipal e interestadual, segundo fluxos e protocolos pactuados. A regulação das referências intermunicipais é responsabilidade do gestor federal, expressa na coordenação do processo de construção da programação pactuada e integrada da atenção em saúde, do processo de regionalização, do desenho das redes.
24. As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. São atribuições da regulação do acesso, exceto:
- Subsidiar a programação pactuada e integrada.
 - Estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
 - Capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde.
 - Garantir os princípios da equidade e da integralidade.
25. Com relação aos protocolos de regulação e aos protocolos clínicos, assinale a alternativa correta:
- Protocolos clínicos e protocolos de regulação se unificaram e hoje são a mesma coisa.
 - Os protocolos clínicos foram substituídos pelos protocolos de regulação.
 - Protocolos clínicos tratam, sinteticamente, da forma de intervenção por patologia, para subsidiar as decisões terapêuticas. Enquanto os protocolos de regulação pretendem ordenar o fluxo de pacientes entre os níveis de complexidade, definindo os limites resolutivos de cada um deles.
 - Protocolos de regulação tratam, sinteticamente, da forma de intervenção por patologia, para subsidiar as decisões terapêuticas. Enquanto os protocolos clínicos pretendem ordenar o fluxo de pacientes entre os níveis de complexidade, definindo os limites resolutivos de cada um deles.
26. As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. São atribuições do Complexo Regulador, exceto:
- Fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde.
 - Absorver ou atuar de forma integrada aos processos autorizativos.
 - Efetivar o controle dos limites físicos e financeiros.
 - Subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde.
27. A média de consultas que o médico realiza em 1 hora segundo manuais do SIA é de:
- Três consultas por hora.
 - Quatro consultas por hora.
 - Cinco consultas por hora.
 - Seis consultas por hora.
28. A Central Estadual de Regulação da Alta Complexidade - CERAC será integrada às centrais de regulação de:
- Consultas e exames e urgências.
 - Internações hospitalares e urgência
 - Consultas e exames e internações hospitalares.
 - Urgência e transplantes.
29. Artigo 10 da portaria nº 1.559 de 1º de agosto de 2008. Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal exercer, em seu âmbito administrativo, as seguintes atividades, exceto:
- Elaborar e fomentar estratégias de cadastramento de usuários, profissionais e estabelecimentos de saúde.
 - Capacitar de forma permanente as equipes de regulação, controle e avaliação.
 - Definir, monitorar e avaliar a aplicação dos recursos financeiros.
 - Executar a regulação, o controle, a avaliação e a auditoria da prestação de serviços de saúde.
30. Assinale a alternativa incorreta. Para atingir os objetivos propostos e operar a Central de Regulação, o sistema informatizado deverá, minimamente, ter as seguintes funcionalidades:
- Configurar controle de acesso dos usuários ao sistema informatizado.
 - Configurar a oferta por estabelecimento, por validade e seu controle financeiro (essencial).
 - Permitir a hierarquização entre as Centrais de Regulação.
 - Gerar arquivos para bases de dados nacionais.
31. Portaria nº 1.559 de 1º de agosto de 2008. Cabe aos Estados:
- Apoiar e monitorar a implementação e a operacionalização das Centrais Estaduais de Regulação da Alta Complexidade - CERAC.
 - Compor e avaliar o desempenho das redes regionais de atenção à saúde.
 - Operacionalizar a Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade - CNRAC.
 - Participar da elaboração e revisão periódica da programação pactuada e integrada intermunicipal e interestadual.
32. A central de regulação deve funcionar quantas horas por dia?
- 8 horas.
 - 9 horas.
 - 12 horas.
 - Não existe padronização nesse aspecto.
33. A proposta da Política Nacional de Regulação está focada em eixos estruturantes como:
- A garantia da alocação de recursos para a implantação dos Complexos Reguladores da Assistência.
 - O desenvolvimento de instrumentos que operacionalizem as funções reguladoras.
 - O desenvolvimento de um programa de capacitação permanente de recursos humanos.
- Essas afirmações estão:
- Todas incorretas.
 - Todas corretas.
 - Somente duas corretas.
 - Somente duas incorretas.
34. O SIA (Sistema de Informação Ambulatorial) foi implantado pelo Ministério da Saúde em todo o País no final de:
- 1990.
 - 1993.
 - 1997.
 - 2002.

A tabela de procedimentos do SUS relaciona todos os procedimentos realizados em regime ambulatorial, assistência domiciliar, hospitalar, hospital dia e internação domiciliar, remunerados pelo Sistema Único de Saúde, e tem a seguinte apresentação. Estrutura de codificação composta por 10 dígitos: GG.SS.NN.PPP-D.

Responda as questões 35 e 36.

35. A forma de organização dado a um conjunto de ações de saúde é representada por:

- a) GG.
- b) SS.
- c) NN.
- d) PPP.

36. O detalhamento do procedimento é representado por:

- a) GG.
- b) SS.
- c) NN.
- d) PPP.

37. As atribuições da regulação do acesso serão definidas em conformidade com sua organização e estruturação. São atribuições da regulação do acesso, exceto:

- a) Garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada.
- b) Elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação.
- c) Executar a regulação médica do processo assistencial.
- d) Capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde.

38. A Política de Regulação da Atenção à Saúde deve ter como objetivo implementar uma gama de ações meio que incidam sobre os prestadores, públicos e privados, de modo a orientar uma produção eficiente, eficaz e efetiva de ações de saúde, buscando contribuir na melhoria do acesso, da integralidade, da qualidade, da resolubilidade e da humanização destas ações. Deve, portanto articular e integrar mecanismos que permitam aos gestores regular as ações e serviços de saúde, tais como, exceto:

- a) Fazer dos contratos pactos entre gestores e prestadores.
- b) Reformular as atividades de controle assistencial e da avaliação da atenção à saúde.
- c) Desenvolver os protocolos assistenciais.
- d) Implementar a regulação do acesso por meio dos complexos delimitadores unificados.

39. A portaria que financia a implantação dos complexos reguladores é a Portaria:

- a) SAS Nº 282, de 26 de agosto de 2008.
- b) SAS Nº 494, de 30 de junho de 2006.
- c) SAS Nº 375, de 12 de julho de 2002.
- d) SAS Nº 194, de 18 de janeiro de 2005.

40. A Regulação da Atenção à Saúde efetivada pela contratação de serviços de saúde, controle e avaliação de serviços e da produção assistencial, regulação do acesso à assistência e auditoria assistencial contempla as seguintes ações, exceto:

- a) Avaliação dos indicadores epidemiológicos e das ações e serviços de saúde nos estabelecimentos de saúde.
- b) Avaliação de desempenho dos serviços e da gestão e de satisfação dos usuários – PNASS.
- c) Cadastramento de usuários do SUS no sistema do Cartão Nacional de Saúde Unificado – CNSU.
- d) Supervisão e processamento da produção ambulatorial e hospitalar.

41. A ação regulatória é o elemento ordenador e orientador dos fluxos assistenciais, sendo responsável pelo mecanismo de relação entre a gestão e os vários serviços de saúde, assim como da relação entre esses serviços. A ação regulatória corresponde a processos de trabalho básicos, são eles, exceto:

- a) O levantamento e distribuição de cotas de procedimentos realizados pelos estabelecimentos executantes para os estabelecimentos solicitantes (somente com agendamento de horário).
- b) A busca e disponibilização de leitos hospitalares, sendo o caso.
- c) O processo de autorização prévio à execução da ação ou serviço de saúde, por exemplo, das Autorizações de Procedimentos de Alta Complexidade/Custo – APAC ou da Autorização de Internação Hospitalar - AIH.
- d) A execução da ação regulatória feita por profissional competente, capaz de análise crítica e discernimento que o conduzam às decisões baseadas nas evidências.

42. A Central de Regulação autoriza, previamente, os procedimentos, concomitante aos agendamentos solicitados, utilizando o mecanismo de cotização da oferta dos serviços de saúde disponibilizada para as unidades solicitantes e executantes da central. O processo de autorização de procedimentos é realizado por:

- a) Equipe de enfermeiros.
- b) Equipe de médicos.
- c) Equipe de médicos e enfermeiros.
- d) Equipe de médicos, enfermeiros e agente de saúde.

43. O gestor federal do SUS é:

- a) O Ministério da Saúde.
- b) A ANVISA.
- c) A população.
- d) A Secretaria de Saúde.

44. A estruturação dos Complexos Reguladores exige um quantitativo de profissionais capacitados, responsáveis pela execução de ações específicas. Quem executa a avaliação técnica de laudos, promove o agendamento das consultas e o processo de internação dos pacientes, baseado em critérios clínicos, com ênfase nos protocolos de regulação?

- a) Supervisor.
- b) Coordenador.
- c) Regulador.
- d) Atendente de regulação.

45. São objetivos gerais de um Sistema Informatizado de Regulação, exceto:

- a) Distribuir de forma equânime os recursos de saúde para a população própria e referenciada.
- b) Distribuir os recursos assistenciais disponíveis de forma regionalizada e hierarquizada.
- c) Permitir o acompanhamento da execução, por prestador, das programações feitas pelo gestor.
- d) Permitir o referenciamento em todos os níveis de atenção nas redes unicamente de prestadores públicos.

46. O Complexo Regulador será organizado em, exceto:

- a) Central de Regulação de Transplantes.
- b) Central de Regulação de Consultas e Exames.
- c) Central de Regulação de Internações Hospitalares.
- d) Central de Regulação de Urgências.

47. Para possibilitar ações regulatórias para consultas, exames e internações o sistema informatizado deverá:
- Gerar agenda por especialidade, sub-especialidade, profissional e período de validade da mesma.
 - Gerar mapa de leitos com atualização dinâmica.
 - Acompanhar a evolução dos atendimentos e internações agendadas.
 - Gerar gráficos comparativos por períodos.
-
48. Portaria nº 1.559 de 1º de agosto de 2008. Cabe aos Municípios, exceto:
- Viabilizar o processo de regulação do acesso a partir da atenção básica, provendo capacitação, ordenação de fluxo, aplicação de protocolos e informatização.
 - Coordenar a elaboração de protocolos clínicos e de regulação, em conformidade com os protocolos estaduais e nacionais.
 - Garantir o acesso adequado à população referenciada, de acordo com a programação pactuada e integrada.
 - Disponibilizar e apoiar a implantação, em todos os níveis de gestão do SUS, de sistemas de informação que operacionalizem as ações de regulação, controle, avaliação, cadastramento e programação.
-
49. No caso de gestantes, a AIH – Autorização de Internação Hospitalar tem validade desde sua emissão até o parto, podendo ser emitida a partir do:
- Quinto mês de gravidez.
 - Sexto mês de gravidez.
 - Sétimo mês de gravidez.
 - Oitavo mês de gravidez.
-
50. Assinale a alternativa incorreta. Artigo 3º da portaria nº 1.559 de 1º de agosto de 2008. A Regulação de Sistemas de Saúde efetivada pelos atos de regulamentação, controle e avaliação de sistemas de saúde, regulação da atenção à saúde e auditoria sobre sistemas e de gestão, contempla as seguintes ações:
- Planejamento, Fiscalização de Sistemas de Saúde, não incluindo Financiamento.
 - Vigilância Sanitária e Epidemiológica.
 - Regulação da Saúde Suplementar.
 - Auditoria Assistencial ou Clínica.